



Manual Pensão por Morte

Data: 21/06/2022

1. OBJETIVO DO MANUAL

Este documento tem como principal objetivo a manualização do processo de Pensão por Morte do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Lapa/PR.

2. LEGISLAÇÃO

- Art. 40, § 7º e 8º, da C.F. Provento integral até o teto do RGPS, mais 70% da parcela excedente - Sem paridade - Última remuneração ou provento;
- Art. 40, § 7º, da C.F. c/c art. 7º da EC. 41/03 com Provento integral até o teto do RGPS, mais 70% da parcela excedente - Com paridade - Última remuneração ou provento;
- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais 2280 de 31 de dezembro de 2008;
- Lei municipal 2183 de 24 de junho de 2008.

3. RESPONSABILIDADES

Quem participa	Responsabilidades
Recepção	Recebimento de documentos e elaboração de protocolo para início do processo de pensão.
Diretor de Previdência e Atuária	Reuni documentos, faz a conferência; elabora análise prévia com detalhamento de proventos (análise previdenciária) e encaminha a assessoria jurídica; submete o processo ao tribunal de contas do estado para homologação.
Assessoria Jurídica	Recebe os processos de pensão por morte, faz a análise de acordo com a legislação vigente e elabora o parecer específico (análise jurídica).
Diretor Presidente	Recebe o processo após análise previdenciária e jurídica e elabora um parecer conclusivo; Emissão e publicação de portaria e encaminhamento para inclusão em folha de pagamento.

Aprovado por:

Altair Euko - Diretor Presidente

Em: 21/06/2022

4. DETALHAMENTO DO PROCESSO

Etapa	Atividade	Responsável	Detalhamento
1	Recebimento de documentos, elaboração de protocolo para início do processo de pensão	Recepção	A recepção elabora protocolo com dados do requerente, e anexa os documentos necessários para o início do processo.
2	Conferência prévia dos documentos e elaboração de parecer prévio	Diretor de Previdência e Atuária	Analisa a documentação e elabora um relatório prévio com cálculo do provento a ser recebido. Após esse processo, toda a documentação é encaminhada a Assessoria Jurídica.
3	Análise jurídica e elaboração de parecer	Assessoria Jurídica	A Assessoria faz a análise de acordo com a legislação vigente e emite parecer técnico.
4	Conclusão do processo	Diretor Presidente	Após análise previdenciária e jurídica, o Diretor Presidente elabora documento conclusivo referente ao processo e emite portaria para concessão do benefício e encaminha para inclusão em folha de pagamento.
5	Análise do tribunal de contas	Diretor de Previdência e Atuária	Após conclusão pelo Instituto o processo é encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, via sistema, para homologação e encaminha para arquivo do Instituto.

5. FLUXOGRAMA DO PROCESSO:
